



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

João Almeida firmou contrato de mútuo bancário com o Banco Crédito Seguro S/A no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a ser quitado em 36 parcelas mensais e sucessivas, com incidência de juros remuneratórios de 1,5% ao mês e multa contratual de 2% em caso de inadimplemento.

Após efetuar o pagamento regular de 20 parcelas, João deixou de adimplir as parcelas subsequentes em razão de dificuldades financeiras. Diante do inadimplemento, o Banco Crédito Seguro S/A ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG, autuada sob o nº 123456, instruindo a petição inicial com o contrato assinado pelas partes e planilha de débito atualizada, na qual apontou como valor devido a quantia de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), incluindo saldo devedor integral, juros remuneratórios, juros moratórios de 1% ao mês, multa contratual de 10% e honorários advocatícios contratuais de 15%.

João foi regularmente citado e, dentro do prazo legal, realizou depósito judicial da quantia correspondente ao montante do débito, garantindo integralmente a execução.

Ao procurar assistência jurídica, João informou que a multa contratual prevista no contrato é de 2%, e não de 10% como cobrado; que os honorários advocatícios contratuais não poderiam ser exigidos na execução; que a planilha apresentada pelo exequente não abate corretamente as 20 parcelas já pagas; e que, segundo seus cálculos, o valor efetivamente devido é de R\$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais). João reconhece a existência da dívida, mas afirma que há excesso de execução e deseja discutir exclusivamente o valor cobrado.

Na qualidade de advogado(a) de João, elabore a peça processual cabível, indicando todos os fundamentos jurídicos pertinentes (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Mariana e Carlos foram casados pelo regime da comunhão parcial de bens durante 12 anos e tiveram uma filha, Júlia, atualmente com 8 anos de idade. Durante o casamento, adquiriram um imóvel residencial financiado, que serve de moradia da família. Após sucessivas desavenças, o casal decidiu se divorciar. Carlos deixou o lar conjugal e passou a residir em outra cidade, contribuindo informalmente com valores variáveis para o sustento da filha.

Mariana ajuizou ação de divórcio litigioso cumulada com alimentos e guarda unilateral da filha, requerendo também a fixação de alimentos provisórios e o uso exclusivo do imóvel até a partilha. Carlos contestou o pedido, afirmando que deseja a guarda compartilhada e que o imóvel deve ser imediatamente colocado à venda para partilha do produto.

Diante da situação apresentada, responda fundamentadamente:

A) À luz do Direito Civil, é possível a fixação de guarda unilateral conforme requerido por Mariana? Fundamente (0,65).

B) No âmbito processual, é cabível a fixação de alimentos provisórios no curso da ação? Em caso positivo, indique o fundamento legal (0,60).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Antônio, viúvo, faleceu em 2024, deixando dois filhos, Pedro e Lucas. Em 2022, Antônio lavrou testamento público, no qual destinou 70% de seu patrimônio a Pedro, sob o argumento de que Lucas já havia recebido auxílio financeiro substancial em vida para abertura de empresa. O patrimônio deixado é composto por um imóvel avaliado em R\$ 600.000,00 e aplicações financeiras no valor de R\$ 400.000,00.

Após a abertura do inventário judicial, Lucas questionou a validade da disposição testamentária, alegando que houve violação à legítima. Pedro, por sua vez, sustenta que a vontade do testador deve prevalecer.

Diante do caso concreto, responda fundamentadamente:

A) À luz do Direito das Sucessões, é válida a disposição testamentária que destina 70% do patrimônio a apenas um dos herdeiros necessários? Justifique (0,65).

B) No âmbito processual, qual é o instrumento adequado para impugnar a validade do testamento no curso do inventário judicial? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Fernanda adquiriu, em loja física da empresa EletroLar Ltda., uma geladeira nova, pelo valor de R\$ 4.500,00, com garantia contratual de 12 meses. Após três meses de uso regular, o produto passou a apresentar falhas no sistema de refrigeração, deixando de conservar adequadamente os alimentos. Fernanda entrou em contato com a assistência técnica autorizada, que realizou reparo no produto. Contudo, duas semanas após o conserto, o defeito reapareceu.

Fernanda retornou à loja e solicitou a substituição do produto por outro novo. O fornecedor recusou o pedido, afirmando que já havia realizado o reparo e que o vício não justificaria a troca, oferecendo novo envio à assistência técnica.

Diante do caso apresentado, responda fundamentadamente:

- A) À luz do Direito do Consumidor, Fernanda pode exigir a substituição do produto? Justifique (0,65).
- B) Caso Fernanda ajuíze ação judicial visando à substituição do produto, é possível requerer tutela de urgência? Indique os requisitos e o fundamento legal (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Ricardo celebrou contrato de prestação de serviços com a empresa ConstruMais Ltda. para reforma completa de sua residência, pelo valor de R\$ 80.000,00, a ser pago em quatro parcelas. O prazo para conclusão da obra era de quatro meses. Ricardo pagou integralmente três parcelas, totalizando R\$ 60.000,00. Contudo, transcorridos seis meses, a obra estava apenas 50% concluída, sem justificativa plausível para o atraso.

Diante da situação, Ricardo notificou extrajudicialmente a empresa para que concluísse a obra no prazo de 30 dias, sob pena de rescisão contratual. A empresa permaneceu inerte.

Diante do caso concreto, responda fundamentadamente:

A) À luz do Direito Civil, Ricardo pode pleitear a resolução do contrato? Quais são os efeitos jurídicos do inadimplemento nesse caso? (0,65)

B) No âmbito processual, caso Ricardo ajuíze ação de resolução contratual cumulada com indenização por perdas e danos, é possível cumular tais pedidos na mesma ação? Indique o fundamento legal (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

